



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA VIRTUAL Nº 06/2021

DATA DA CORREIÇÃO VIRTUAL: 16/03/2021

CENTRO DE APOIO OPERACIONAL/UNIDADE: CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DO
TERCEIRO SETOR

PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA DIRETOR(A): ANA PAULA MACHADO COSTA MENESES

1) DADOS PESSOAIS E FUNCIONAIS

1.1 Data do ingresso na carreira	08 de junho de 1992
1.2 Data de designação no Centro de Apoio/unidade	20 de novembro de 2018
1.3 Atribuições	Cíveis e criminais (judiciais e extrajudiciais)
1.4 Exerce atribuições como Promotor Eleitoral	Sim () Não (x)
1.5 Designado(a) para cumular suas atribuições em outra unidade do MP, nos últimos seis meses	Sim () Não (X) Em que unidade? _____ Qual o período/dias da semana? _____
1.6 Recebeu colaboração de membro ou de órgão de execução nos últimos seis meses	Sim () Qual? _____ Não (X)
1.7 Reside na Unidade de lotação	Sim (X) Não ()
1.8 Endereço Residencial	
1.9 Autorizado(a) a residir fora da Comarca	Sim () Portaria de Autorização nº: _____ Data: Não (X)
1.10 Exerce o Magistério	Sim () Dados do Estabelecimento e carga horária: Não (X)
1.11 Férias/Licenças/Afastamentos no último ano	Período de férias do último ano: 07.01.2021 a 26.01.2021. Período de outros afastamentos do último ano: 27 a 29 de janeiro de 2021 (3 folgas atinentes ao plantão judicial).

1.12 Observações da Corregedoria Geral

As férias foram devidamente comunicadas à Corregedoria Geral, conforme disposto no art. 104 da Lei Complementar nº 02/90.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

2) DADOS DO CAOP

2.1 Servidores	Nome: Eva Cecilia Trindade Siqueira Cargo: Técnico do MPSE Nome: Raquel Soares de Souza Cargo: Analista do MPSE
2.2 A estrutura de apoio é	(X) Satisfatória () Insuficiente Observações:
2.3 O atendimento interno aos membros é realizado por intermédio de quais meios?	(X) presencial (X) telefone (X) e-mail institucional
2.4 O CAOP realiza atendimento ao público externo (partes/advogados/comunidade)?	(X) Sim () Não
2.5 Os Servidores estão aptos a operar os Sistemas do MP/SE e CNMP	Arquimedes: Sim (X) Não () Proej: Sim (X) Não () CITT: Sim () Não (X) IDEPOL: Sim (X) Não () MP-Mobile: Sim (X) Não () Disque-100: Sim () Não (X) Unidades de Acolhimento: Sim () Não (X) Unidades Socioeducativas: Sim () Não (X) Delegacias de Polícia: Sim () Não (X)
2.6 A unidade, em sua atuação, observa as nomenclaturas e terminologias presentes nas tabelas taxonômicas do CNMP	(X) Sim () Não () Sem atribuição
2.7 A unidade, em sua atuação, está cumprindo a sentença proferida pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, no caso “Favela Nova Brasília” ¹	(X) Sim () Não () Sem atribuição
2.8 Observações Gerais/Dificuldades enfrentadas na execução do teletrabalho	Não temos câmara para a realização de reuniões por videoconferência para o Centro de Apoio Operacional.

2.9 Observações da Corregedoria Geral

A Promotora de Justiça informou no item 2.8 que a unidade ministerial não possui câmara para a realização das reuniões por videoconferência. Considerando que falece atribuição à Corregedoria Geral sobre a gestão de materiais e patrimônio do MPSE, o presente relatório será encaminhado ao Procurador-Geral de Justiça, para conhecimento e adoção das providências que entender pertinentes.

¹ Abster-se de utilizar os termos “oposição ou resistência à ação policial” e usar a expressão “lesão corporal ou homicídio decorrente de intervenção policial”.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

Ademais, a Corregedoria Geral orienta que, na eventualidade do Centro de Apoio realizar atendimento ao público externo (partes/advogados/comunidade), registre este atendimento em arquivo próprio (livro de atendimento/pasta/arquivo virtual).

3) ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO EXERCÍCIO DAS ATRIBUIÇÕES DO CAOp – art. 17 da Resolução nº 007/2011-CPJ (Descrição detalhada das atividades, objetivos estabelecidos, etapas de desenvolvimento e resultados alcançados)

A Promotora de Justiça prestou as seguintes informações relativas às atividades desenvolvidas no período de 2018 a 2020:

Ano 2018

- 1) Alimentação do Sistema de Cadastro de Pessoas Jurídicas pelo Centro de Apoio Operacional do Terceiro Setor.
- 2) Expedição dos Informativos 2,3,4 do Projeto Ong Transparente e encaminhamento para as entidades de interesse social em 27 de março de 2018. Os informativos viabilizam uma gestão mais transparente pelas entidades sem fins lucrativos.
- 3) Finalização da métrica de transparência em março/ abril de 2018.
- 4) Envio de parecer em resposta à consulta formulada pela Promotora de Justiça da Comarca de São Cristóvão/SE, no dia 22 de março de 2018, acerca da inclusão das entidades de natureza sindical na categoria de organizações sociais integrantes do Terceiro Setor.
- 5) Análise das respostas encaminhadas pelas Secretarias de Estado, com escopo de acompanhar os instrumentos legais firmados entre o poder público e as entidades de interesse social em maio de 2018.
- 6) Pesquisa de mais de 26 materiais de apoio para as Promotorias de Justiça com atuação no terceiro setor, dentre Ações Cíveis Públicas, Acórdãos, Pareceres de consultoria, Resoluções, Modelos de Recomendação.
- 7) Informações aos cartórios extrajudiciais dos Municípios de Poço Verde, Canhoba e Barra dos Coqueiros, para utilização do Sistema de Cadastro de Pessoas Jurídicas sem



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

fins lucrativos.

8) Realização de 11(onze) reuniões com entidades não governamentais participantes do Projeto Ong Transparente, no período de 15/08/2018 à 29/08/2018, para entrega dos informativos nº 02, contendo critérios de transparência, nº 03, contendo indicadores de quantidade e qualidade referentes à gestão de recursos. Na oportunidade, as instituições assinaram termo de ciência da possível avaliação de transparência, com base nas leis 12.527/11 e 13.019/14.

9) Atendimento ao Promotor de Justiça da Comarca de Propriá, referente à investigação envolvendo a entidade sem fins lucrativos IPASB- Instituto de Projetos e Apoios Sociais do Brasil.

10) Encaminhamento de modelos de ofício à Promotora de Justiça da Comarca de Campo do Brito, pertinentes à investigação de contratos firmados entre o Município de São Domingos/SE e a entidade ADECOM – Associação para Desenvolvimento das Comunidades.

11) Atendimento ao Promotor de Justiça da Comarca de Cristinápolis, referente à investigação das entidades sem fins lucrativos Sistema de - SISAT, Fundação Restaurar, e Instituto de Projetos e Apoios Sociais do Brasil – IPASB.

12) Encaminhamento de ações civis pública de dissolução de entidades sem fins lucrativos à Promotora de Justiça da Comarca de Barra dos Coqueiros.

13) Encaminhamento de modelo de Ofício autorizando o registro de fundação em cartório ao Promotor de Justiça da Comarca de Ribeirópolis.

14) Geração de relatórios das entidades cadastradas no Sistema de Cadastro de Pessoas Jurídicas sem Fins Lucrativos em setembro de 2018.

15) Encaminhamento do Ofício Circular nº 01/2018 aos Promotores do Terceiro Setor, solicitando fosse encaminhado ofício aos Prefeitos Municipais, requerendo informações acerca das as entidades sem fins lucrativos que mantêm relação com o Poder Público Municipal em setembro de 2018.

16) Atendimento à Promotora de Justiça da Comarca de Barra dos Coqueiros, referente ao Inquérito Civil PROEJ nº 04.15.01.0067, instaurado para investigar entidades de



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

interesse social sem funcionamento no Município de setembro 2018.

17) Encaminhamento de Informações aos Promotores de Justiça das Comarcas de Boquim, Propriá, Cristinápolis e Maruim, acerca de processos em trâmite do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, envolvendo instrumentos legais firmados entre a entidade Instituto de Projetos e Apoios Sociais - IPASB e os referidos Municípios.

18) Apoio ao Promotor de Justiça da Comarca de Gararu na instrução de Procedimento Extrajudicial PROEJ nº 38.15.01.0027, envolvendo instrumentos legais firmados entre a entidade Sistema Sustentável de Apoio Técnico – SISAT e o Município de Gararu.

19) Assinatura do Termo de Cooperação nº 01/2018, no dia 11 de setembro de 2018, celebrado entre o Ministério Público do Estado de Sergipe, Tribunal de Contas do Estado de Sergipe e Ministério Público de Contas do Estado de Sergipe, em sessão solene, com escopo de elaborar a métrica para avaliação dos portais de transparência das organizações da sociedade civil.

20) Reunião realizada em 25 de setembro de 2018, com os Diretores do DCEOS – Diretoria de Controle Externo de Obras e Serviços do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, para capacitação de servidora do Centro de Apoio Operacional do Terceiro Setor, acerca do acesso à informação e aprimoramento da métrica para aferir a transparência das entidades sem fins lucrativos, com a finalidade de dar andamento ao Projeto Ong Transparente.

21) Pesquisa de mais de 10 materiais de apoio para as Promotorias de Justiça com atuação no terceiro setor, dentre ações civis públicas, pareceres e medida provisória.

22) Cadastramento de entidades não governamentais no Sistema de Cadastro de Pessoas Jurídicas sem Fins Lucrativos - SCPJ, quando foi proferida decisão da lavra a Corregedora Geral do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, referente à utilização do sistema pelo Cartório do Município de Gararu e Distritos, determinando o encaminhamento de todas as pessoas jurídicas registradas pelos respectivos Cartórios ao Centro de Apoio Operacional do Terceiro Setor, esclarecendo a situação de cada uma quanto ao registro de das entidades no sistema, em outubro de 2018.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

- 23) Em relação ao Projeto ONG Transparente, foi realizada reunião com os diretores da DCEOS- Diretoria de Controle Externo de Obras e Serviços do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe para capacitação acerca da fiscalização de portais e aprimoramento da métrica, com escopo de aferir a transparência das entidades sem fins lucrativos.
- 24) Realização de modificações na métrica de transparência, em consonância com o acordado em reunião realizada no dia 10 de outubro de 2018, no Tribunal de Contas do Estado de Sergipe.
- 25) Encaminhamento do Ofício nº 34-2018, solicitando ao Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe o acesso ao SAGRES para obter informações acerca do repasse de verba de natureza pública às entidades de interesse social.
- 26) Confeção de Orientação Técnica a ser dirigida às entidades sem fins lucrativos para adequação aos critérios de avaliação de transparência.
- 27) Compartilhamento de ação de improbidade administrativa, em face de entidade não governamental com Promotor de Justiça Daniel Britto do Ministério Público do Mato Grosso do Sul.
- 28) Encaminhamento de informações aos Promotores de Justiça das Comarcas de Frei Paulo e Cristinápolis, oriundas do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, acerca de valores repassados pelos Municípios a entidades sem fins lucrativos.
- 29) Encaminhamento de lista de entidades sem fins lucrativos com respectivos endereços para a Promotoria da Comarca de Capela, com escopo de fomentar a fiscalização do funcionamento das instituições.
- 30) Ofício encaminhado ao Exmo. Sr. Dr. Carlos Pinna de Assis, Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, solicitando esclarecimentos a respeito da elaboração de Relatório de Auditoria Operacional de convênios firmados entre a entidade Sistema Sustentável de Apoio Técnico – SISAT e o Município de Tomar do Geru, com escopo de auxiliar na instrução do Inquérito Civil PROEJ 71.16.01.0032, em trâmite na Promotoria de Justiça da Comarca de Cristinápolis.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

- 31) Ofício expedido ao Promotor de Justiça de Tobias Barreto, encaminhando ações ajuizadas pela Promotoria de Justiça do Terceiro Setor, pertinentes às investigações sobre as verbas de subvenções.
- 32) Compartilhamento de Ação de Improbidade em face de entidade não governamental com Promotor de Justiça Daniel Britto do Ministério Público do Mato Grosso do Sul.
- 33) Encaminhamento de informações aos Promotores de Justiça das Comarcas de Frei Paulo e Cristinápolis, oriundas do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, acerca de valores repassados pelos Municípios a entidades sem fins lucrativos com sede nas
- 34) Encaminhamento de lista de entidades sem fins lucrativos com respectivos endereços para a Promotoria da Comarca de Capela, com escopo de fomentar a fiscalização do funcionamento das instituições.
- 35) Ofício expedido ao Promotor de Justiça de Tobias Barreto, encaminhando ações ajuizadas pela Promotoria de Justiça do Terceiro Setor, pertinentes à investigações sobre as verbas de subvenções.
- 36) Participação da Diretora do Centro de Apoio Operacional do Terceiro Setor no Seminário Dia Internacional de Combate à Corrupção, realizado no dia 12 de dezembro de 2018 no auditório do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, Evento elaborado pelo Fórum de Combate a Corrupção (FOCCO), os quais participam membros de órgãos de controle como Ministério Público de Contas, Tribunal de Contas, Ministério Público Estadual e Controladoria Geral da União. O seminário foi realizado em referência ao dia 9 de dezembro, data internacional de combate à corrupção.
- 37) Na oportunidade, a Diretora do Centro de Apoio Operacional do Terceiro Setor, Dra. Ana Paula Machado, proferiu palestra sobre Transparência, citando a Lei nº 13.019/2014 e o Projeto Ong Transparente, realizado pelo Ministério Público de Sergipe, através do Centro de Apoio Operacional do Terceiro Setor, em parceria com o Ministério Público de Contas e Tribunal de Contas do Estado de Sergipe. A referida agente ministerial discursou ainda acerca dos indicadores de Desempenho das entidades



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

sem fins lucrativos e da Cartilha de Prestação de Contas para Entidades do Terceiro Setor.

Ano 2019

- 1) Elaboração da Orientação Técnica nº 01/2019, contendo orientações acerca da métrica de transparência, planilha em excel para avaliar os portais de transparência dos sites das entidades não governamentais.
- 2) Acesso ao SAGRES – Sistema de Acompanhamento de Gestão de Recursos da Sociedade, e elaboração de lista, contendo 40 (quarenta) entidades que receberam ou recebem verba de natureza pública, no período de 2015/2019, com escopo de incluí-las no Projeto Ong Transparente.
- 3) Finalização da lista de entidades a serem avaliadas no projeto Ong Transparente, com base nas informações colhidas no SAGRES.
- 4) Pesquisa: Boletim nº 08 – janeiro/2019, informando acerca da forma de preenchimento do Mapa de Organizações da Sociedade Civil, instrumento através do qual a OSC, publica informações acerca de Titulações e Certificações, Espaços de Participação Social, Projetos/Atividades e ou Programas porque quanto mais divulgação e parcerias, maior o alcance do trabalho desenvolvido em benefício da sociedade.
- 5) Elaboração da métrica de transparência para avaliação das entidades sem fins lucrativos.
- 6) Minuta da resolução de transparência, estabelecendo procedimento de avaliação dos portais de transparência das entidades sem fins lucrativos.
- 7) Participação da Diretora do Centro de Apoio Operacional do Terceiro Setor na reunião do FOCCO – Fórum Permanente de Combate À Corrupção, no dia 27 de fevereiro de 2019, sob a Coordenação do Procurador da República, HEITOR ALVES SOARES, presentes os membros do FOCCO, Dr. JOÃO AUGUSTO DOS ANJOS BANDEIRA DE MELLO, Procurador-Geral do Ministério Público Especial junto ao



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

Tribunal de Contas do Estado de Sergipe; pelo TCU, Dr. Jackson Luiz Araújo Souza; pelo MPE, a Promotora de Justiça, Dra. Ana Paula Meneses; pela Controladoria Geral da União, José Leonardo Nascimento. Representando o Hospital Cirurgia, Dra. Marcia Guimarães, Rilton Morais, Diretor Técnico do Hospital Cirurgia e Isadora Cerqueira Cardoso, Assessora; pela secretaria de Estado da Saúde, Dr. Valberto de Oliveira Lima, titular da pasta, Arthur Vitor Santana, Max de Carvalho Amaral, Adriana Menezes de Souza, cuja finalidade foi discutir saídas para a implantação dos equipamentos de tratamento de radioterapia do Hospital Cirurgia.

8) Reunião com o presidente do Conselho Federal de Contabilidade e Diretores da DCEOS – Diretoria de Controle Externo de Obras e Serviços do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, no dia 09 de abril de 2019, com escopo de discutir a conclusão das métricas de transparência.

9) Publicação da Portaria nº 902/2019, em 15 de abril de 2019, designando servidores para compor equipe de execução final do Projeto Ong Transparente.

10) Reunião realizada em 30 de abril de 2019, com cerca de 120 entidades sem fins lucrativos, para apresentação da métrica de transparência e etapas finais do projeto pela Promotora de Justiça Ana Paula Machado. Na oportunidade, o procurador-geral do MP/SE, Eduardo D'Avila Fontes fez a abertura dos trabalhos. O Procurador-Geral do Ministério Público de Contas, João Augusto Bandeira de Mello, falou sobre o cumprimento da Lei de Informação e a valorização da entidade quando se há transparência nas ações. O evento contou ainda com a presença do Secretário de Controle Externo do Tribunal de Contas da União em Sergipe (TCU/SE), Jackson Araújo Souza e representantes do Conselho Regional de Contabilidade de Sergipe e da Academia Sergipana de Contabilidade.

11) Encaminhamento de denúncia pertinente à falta de transparência de recursos doados através de campanha pública à Associação Beneficente Hospital de Caridade de Riachuelo ao Promotor de Justiça da Comarca de Riachuelo, em junho de 2019.

12) Reunião no Tribunal do Contas do Estado de Sergipe, no dia 30 de julho de 2019, com o Procurador do Ministério Público de Contas, Dr. João Bandeira de Melo, e o



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

Diretor do DCEOS – Diretoria de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, para deliberar acerca da finalização do Projeto Ong Transparente. Durante a reunião, houve modificação na métrica de entidades que recebem recursos públicos e direcionamentos acerca da avaliação.

13) Participação da Diretora do Centro de Apoio Operacional do Terceiro Setor na reunião do Fórum Permanente de Combate À Corrupção – FOCCO – no dia 30 de julho de 2019, no Tribunal de Contas do Estado de Sergipe com os seguintes objetivos: a) apresentar o cronograma da proposta do programa de avaliação de suscetibilidade a fraude e corrupção das organizações dos Estados; b) discutir e aprovar a utilização das mídias sociais para divulgação dos vídeos institucionais dos órgãos parceiros e de vídeos com orientações de fiscalização da aplicação dos recursos públicos; c) indicação de representante para participar de evento da Rede de Controle Nacional; d) aprovação de nota técnica encaminhada pela Rede de Controle Nacional no tocante ao apoio à lista tríplice para escolha do Procurador-Geral da República.

14) Modificação de métrica de transparência, com base nas orientações da reunião, pertinentes à divulgação em sítio oficial de informações referentes aos recursos públicos por entidades sem fins lucrativos.

15) Inclusão de entidades sem fins lucrativos que recebem recursos públicos na lista de avaliação do Projeto Ong Transparente.

16) Reunião com os servidores do CAOP e Promotoria do Terceiro Setor, no dia 31 de julho de 2019, para realização de cronograma de avaliação de transparência, a ser executada a partir de setembro de 2019.

17) Cronograma de avaliações finalizado em setembro de 2019. Agendamento da avaliação de transparência para os dias 29/10/2019, 30/10/2019, 01 a 13/11/2019, 18/11/2019.

18) Avaliação Piloto de Transparência do Grupo de Apoio à Criança com Câncer - GACC, realizada em 11 de setembro de 2019, com a presença da representante legal da entidade.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

19) Elaboração de ofícios para as entidades de interesse social para que o representante legal participe da avaliação inicial de transparência, a serem encaminhados em outubro de 2019.

20 Finalização do encaminhamento das Métricas de Avaliação de Transparência e Orientação Técnica nº 01/2019 para as entidades selecionadas para participar da avaliação de Transparência, em decorrência do recebimento de verba de natureza pública.

21) Participação da Diretora do Centro de Apoio Operacional do Terceiro Setor em reunião do FOCCO – Fórum de Combate a Corrupção no dia 29 de outubro de 2019 no Tribunal de Contas do Estado de Sergipe para discutir acerca da designação do novo coordenador do FOCCO/SE - ante a impossibilidade de continuidade do procurador da república Heitor Alves Soares, ficou definido que a coordenação do FOCCO/SE será do Secretário do TCU em Sergipe Jackson Luiz Araújo Souza e informações sobre a estratégia nacional de prevenção à corrupção.

22) No período de 31 de outubro a 19 de dezembro de 2019, foram avaliadas as instituições Centro de Integração Raio do Sol, Instituição Beneficente Emmanuel – IBEM, Fundação Hospital Cirurgia, Oratório Festivo São João Bosco, Centro Dom José Brandão de Castro, Lar Nossa Senhora da Conceição – SAME, Associação Amigos da Oncologia- AMO, Projeto Esperança, Sociedade Musical Senhora Santana, Sociedade Filarmônica 28 de Agosto, Filarmônica Nossa Senhora da Conceição, Creche São Vicente Paula, Sociedade Musical Santa Terezinha, Associação Beneficente Santa Terezinha do Menino Jesus, Sociedade Desenvolvimento Humano, Social e Cultural – CACTUS, Creche São Vicente de Paulo Associação de Voluntários a Serviço da Oncologia – AVOSOS, Sociedade Musical Lira Gomes, Apae Itabaiana, Hospital São José, Sergipe Parque Tecnológico – SERGIPETEC, Instituto de Pesquisa em Tecnologia e Inovação – IPTI.

Link do site Projeto/Programa ONG Transparente

<https://www.mpse.mp.br/index.php/projeto-ong-transparente/>



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

Emissão de Parecer pelo Centro de Apoio Operacional do Terceiro Setor explicitando os requisitos provenientes da legislação e da doutrina para o registro de fundações.

Ano 2020

1) Realização da avaliação de transparência das seguintes entidades sem fins lucrativos:

1) Associação dos Amigos da Oncologia – Amo, APAE Aracaju; 2) Associação Musical Lira Carlos Gomes ; 3) Associação Aracajuana de Beneficência – Hospital Santa Isabel; 4) Associação Luz do Sol ; 5) Centro de Integração Raio do Sol – CIRAS; 6) AVOSOS; 7) Hospital Cirurgia; 8) Centro Dom José Brandão de Castro; 9) Federação Sergipana de Futebol; 10) Sociedade Filarmônica Nossa Senhora da Conceição; 11) Instituto Beneficente Emmanuel – IBEM; 12) Instituto de Pesquisa em Tecnologia e Inovação – IPTI; 13) Lar de Idosos Nossa Senhora da Conceição; 14) Sociedade Filarmônica 28 de Agosto; 15) Oratório Festivo São João Bosco; 16) Sergipe Parque Tecnológico – SERGIPETEC; 17) Associação Santa Terezinha do Menino Jesus; 18) Creche São Vicente Paulo; 19) IPAESE; 20) Projeto Esperança; 21) Sociedade Musical Senhora Santana; 22) Grupo de Apoio à Criança com Câncer – GACC; 23) APAE Itabaiana; 24) Hospital São José.

2) Organização de arquivos pertinentes ao Projeto Ong Transparente para elaboração de site do projeto no Portal do Ministério Público do Estado de Sergipe.

3) Reunião com a gestora da entidade Santa Terezinha do Menino Jesus, no mês de março, de forma remota, para sanar dúvidas acerca da Métrica de Avaliação de Transparência.

4) Pesquisa de material para elaboração da Recomendação Administrativa nº 01/2020, expedida em abril de 2020, recomendando que as instituições evitassem reuniões presenciais e aglomeração. Assim também, fossem realizadas atas somente por videoconferência, prorrogassem os mandatos dos dirigentes de associações e fundações, em atenção ao artigo 150, 4º, da Lei de Sociedades Anônimas, com intuito de prevenir entraves burocráticos e danos financeiros à instituição, com observância das medidas de



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

higienização, utilização do álcool 70%, fosse cumprido o distanciamento de 2 m entre os empregados ou voluntários e a suspensão dos serviços não essenciais.

5) Reunião realizada com o Secretário do TCU em Sergipe, em 12 agosto de 2020, com escopo de exigir a transparência dos recursos recebidos por entidades sem fins lucrativos em razão da pandemia ocasionada pelo COVID-19, seguindo os parâmetros de transparência das Leis nº12.527/11 e Lei nº 13.019/14, com intuito de velar pela probidade administrativa.

6) Inserção das informações do Projeto Ong Transparente no portal do Projeto Ong Transparente do Ministério Público, localizado no site do Ministério Público do Estado de Sergipe em julho de 2020.

7) Inserção de informações no Termo de Abertura do Projeto OSC Sustentável. O projeto tem por objetivo auxiliar a captação de recursos públicos e privados pelas entidades sem fins lucrativos.

8) Recebimento do Projeto APAE Aracaju, a ser executado com recursos advindos do Ministério Público do Trabalho.

9) Resposta ao GED encaminhado pela Dra. Rosane Gonçalves dos Santos, Promotora de Justiça da Comarca de São Cristóvão, no mês de julho de 2020, informando acerca da inexistência de Procedimento, ação civil pública ou ação de improbidade administrativa em face da ONG SISAT e Instituto Educação e Saúde para Todos.

10) Pesquisa e reunião de material para elaboração de nota técnica acerca da possibilidade de emissão de atestado de funcionamento pelo Ministério Público do Estado de Sergipe às instituições sem fins lucrativos.

11) Solução do acesso da comarca de Gararu ao Sistema de Cadastro de Pessoas Jurídicas.

12) Elaboração de minuta de Resolução para o Colégio de Procuradores acerca da disponibilização de dados e informações nos Portais da Transparência das entidades sem fins lucrativos, estabelecendo os procedimentos de avaliação pelo Ministério Público do Estado de Sergipe, através do Centro de Apoio Operacional do Terceiro Setor.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

13) Atualização do site do Projeto Ong Transparente:

<https://www.mpse.mp.br/index.php/projeto-ong-transparente/>

14) Pesquisa de material para abertura do projeto OSC Sustentável:

- a) livro Organizações Governamentais e Terceiro Setor;
- b) criação de ONG's e Estratégia, publicado pelo especialista em captação de recursos Takeshy Tachizawa, SOS da ONG: Guia de Gestão para Organizações do Terceiro Setor, publicado por José Alberto Tozzi;
- c) Compêndio para a Elaboração de Projetos Sociais: Casos Nacionais e Internacionais de Sucesso, publicado por Jonas Gomes da Silva.
- d) Captação de Recursos na Prática, publicado por Paulo França. Lei Rouanet – Lei 8.313/91.
- e) Fundos Patrimoniais: sustentabilidade e financiamento para o terceiro setor, publicado por Ferreira Santos, Mariana Beatriz e Tadeu de Oliveira.
- f) ONG Sustentável: O guia de organizações do Terceiro Setor Economicamente Prósperas, publicado por José Alberto Tozzi.

15) Em 17 de fevereiro de 2020, às 9 h, na sala da Presidência do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, a Promotora de Justiça Ana Paula Machado propôs aos membros do Focco a realização de ações voltadas à capacitação e orientações de captação de recursos públicos por OSCs (OSC Sustentável) como Estratégia Nacional de Prevenção à Corrupção.

16) Participação da Promotora de Justiça Ana Paula Machado Costa Meneses na Reunião do FOCCO – Fórum Permanente de Combate à Corrupção, em 21 de setembro de 2020, no Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, sob a presidência do Coordenador do FOCCO e Secretário do Tribunal de Contas da União em Sergipe (TCU/Sec-SE), JACKSON LUIZ ARAUJO SOUZA, o representante do Ministério Público de Contas de Sergipe (MPC), Procurador-Geral LUIS ALBERTO MENESES, a representante da Superintendência da Controladoria Regional da União no Estado de Sergipe (CGU/SE), Auditora FLÁVIA SANTANA SILVA, o representante da Procuradoria da República em Sergipe (PR/SE), Procurador-Chefe FLÁVIO PEREIRA DA COSTA MATIAS, a



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

representante do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe (TCE/SE), Diretora-Técnica PATRÍCIA VERÔNICA NUNES CARVALHO SOBRAL DE SOUZA para tratar da organização do evento anual da comemoração do dia internacional de combate à corrupção.

17) Reunião com a Diretoria de Planejamento Estratégico em 02-02-2021 para tratar do andamento dos projetos do Centro de Apoio Operacional do Terceiro Setor. Na oportunidade, a Diretora do CAOp Terceiro Setor, Ana Paula Machado Costa Meneses, decidiu conceber uma segunda fase para o projeto ONG Transparente, de modo a buscar a adesão do Projeto pelo Ministério Público.

18) Em relação ao Projeto “Sistema de Cadastro de Pessoas Jurídicas sem Fins Lucrativos, dado como finalizado, acordou-se a realização de uma segunda fase para atualização do sistema.

19) Encaminhamento dos ofícios nº 01, 02 e 03, em resposta às demandas solicitadas pela Promotora de Justiça Talita Cunegundes Fernandes da Silva, acerca da existência de processo judicial ou procedimento extrajudicial, em que se apure eventuais ilícitos imputados a instituições sem fins lucrativos.

20) Reunião por videoconferência do Fórum de Combate a Corrupção – FOCCO-SE, em 06 de março de 2021, para tratar das atividades a serem realizadas no corrente ano.

3.1 O Centro de Apoio mantém arquivo atualizado das portarias instauradoras de inquéritos civis e procedimentos administrativos e petições iniciais das ações cíveis públicas, baixadas ou ajuizadas pelos órgãos de execução (art. 17, inciso XV)?

(X) Sim

() Não. Justificativa:

3.2 Anexar cópia do último Relatório de atividades encaminhado ao Coordenador-Geral do Ministério Público (art. 17, inciso XVI);

Não anexado ao formulário de Correição.

3.3 Anexar cópia de 05 atas/registros de reuniões e encontros com líderes comunitários, autoridades e outros segmentos da sociedade (art. 17, inciso XVII).

A Promotora de Justiça prestou as seguintes informações:



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

Avaliação Piloto de Transparência do Grupo de Apoio à Criança com Câncer - GACC, realizada em 11 de setembro de 2019, com a presença da representante legal da entidade.

1) Reunião com os Representantes das Secretarias de Estado de Educação e Secretaria Municipal do Governo, em 27 de agosto de 2019, com objetivo de suscitar um diálogo com o Estado e o Município para a capacitação de recursos por entidades não governamentais, inclusive com a realização de cursos de captação, execução e prestação de contas de recursos públicos, com escopo de implementarem políticas públicas, em regime de colaboração com o Poder Público, em cumprimento à Lei nº 13.019/14.

2) Reunião com a representante do Conselho Estadual da Criança e do Adolescente, no dia 10 de setembro de 2019, para realização de curso de captação curso de captação de recursos públicos e privados, com várias etapas. Na oportunidade, a representante do Conselho se comprometeu a apresentar proposta de projeto/plano de trabalho do curso para captação de recursos públicos e privados e prestação de contas para ONGs, com o objetivo de cadastrar no banco de projetos relativos ao termo de cooperação firmado entre o MPE e o MPT. A reunião foi realizada com escopo de dar início ao Projeto OSC Sustentável.

3) Reunião, por telefone, com a representante do setor de Prestação de Contas da Secretaria Municipal de Assistência Social Stella Dorneles e o Assessor Jurídico Ernesto, com escopo de viabilizar o repasse de recursos públicos do fundo municipal do idoso para o Same, em face de depósito realizado por uma empresa, no primeiro semestre de 2020.

4) ELOGIOS, PRÊMIOS, CURSOS E CONGRESSOS

A Promotora de Justiça registrou:

1) Participação no Seminário Dia Internacional de Combate à Corrupção, realizado no dia 12 de dezembro de 2018 no auditório do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, Evento elaborado pelo Fórum de Combate a Corrupção (FOCCO), os quais participam membros de órgãos de controle como Ministério Público de Contas, Tribunal de Contas,



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

Ministério Público Estadual e Controladoria Geral da União. O seminário foi realizado em comemoração ao dia 9 de dezembro, data internacional de combate à corrupção.

2) Reunião realizada em 30 de abril de 2019, com cerca de 120 (cento e vinte entidades) entidades sem fins lucrativos, para apresentação da métrica de transparência e etapas finais do projeto pela Promotora de Justiça Ana Paula Machado. Na oportunidade, o Procurador-Geral Dr. Eduardo D'Ávila Fontes fez a abertura do evento. O procurador-geral do Ministério Público de Contas, João Augusto Bandeira de Mello, falou sobre o cumprimento da Lei de Informação e a valorização da entidade quando se há transparência nas ações. O evento contou ainda com a presença do Secretário de Controle Externo do Tribunal de Contas da União em Sergipe (TCU/SE), Jackson Araújo Souza e representantes do Conselho Regional de Contabilidade de Sergipe e da Academia Sergipana de Contabilidade.

3) Palestra Ministrada pela Diretora do Centro de Apoio Operacional do Terceiro Setor Ana Paula Machado Costa Meneses, acerca das etapas Projeto Ong Transparente, no curso sobre combate à corrupção e lavagem de dinheiro, PNLD – Plano de Capacitação ao Combate à corrupção e à Lavagem de Dinheiro da ENCCLA que se vincula ao Ministério da Justiça, dia 05 de junho de 2019, no período da tarde, na sede do Ministério Público do Estado de Sergipe eu s colegas do GAECO-MP/SE.

4) Palestra ministrada pela Promotora de Justiça no dia 01 de outubro de 2019, no I Encontro das Promotorias de Justiça Especializadas em Fundações e Entidades de Interesse Social, Saúde e Patrimônio Público, com o tema “Projeto Ong Transparente”, durante reunião Ordinária da Associação Nacional de Procuradores e Promotores de Justiça de Fundações e Entidades de Interesse Social (PROFIS) para apresentação de projetos, na sede do Ministério Público do Estado do Ceará. O evento contou com a participação da Dra. Caroline Chiamulera Promotora de Justiça do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Proteção à Saúde Pública do MP do Paraná, e do Dr. João Afonso Silva Beltrame, Coordenador do GAECO/Saúde do Ministério Público do Rio Grande do Sul.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

5) Participação da Diretora do Centro de Apoio Operacional do Terceiro Setor no 3º painel “Inteligência Financeira”> Palestrante: Henrique Lopes Eglem de Oliveira, Chefe do Serviço de Análise Estratégica da Unidade de Inteligência Financeira do Banco Central do Brasil Debates/Perguntas> Ana Paula Machado Costa Meneses (Presidente), André Ricardo Santana Passos (Debatedor) - Auditor-Fiscal da Refeita Federal do Brasil, no Curso Compliance Bancário e Prevenção à Lavagem de Dinheiro, realizado pela Escola Superior do Ministério Público, no dia 25 de outubro de 2019, com palestras sobre “Obrigações de compliance bancário e a prevenção dos crimes de lavagem de dinheiro”, ministrada pelo advogado e consultor Carlos Fernando dos Santos Lima e “Marco regulatório de prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo e atuação do Banco Central do Brasil”, ministrado pelo analista do Banco Central, Eduardo Ferrari de Araújo.

6) Apresentação do Projeto Ong Transparente no Colégio de Procuradores pela Promotora de Justiça e Diretora do Centro de Apoio Operacional do Terceiro Setor, Dra. Ana Paula Machado Costa Meneses, dia 21 de novembro de 2019, oportunidade em que foram retratadas todas as etapas do Projeto Ong Transparente até a fase final de avaliação dos Portais de Transparência.

<https://www.mpse.mp.br/index.php/2019/12/19/projeto-ong-transparente-encerra-atividades-de-2019-com-apresentacao-no-colegio-de-procuradores-de-justica/>.

7) Palestra proferida pela Diretora do Centro de Apoio Operacional do Terceiro Setor Dra. Ana Paula Machado Costa Meneses, intitulada “Prevenção e transparência: etapa final do projeto ONG Transparente”, no auditório do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, dia 02 de dezembro de 2019, durante o evento Seminário de Combate à Corrupção.

8) Indicação do Projeto Ong Transparente ao Prêmio Innovare 2020, com participação até a última etapa. Foi realizada entrevista pela consultora do Prêmio Innovare, no dia 29 de julho de 2020, pelo Google *Meet*, com a presença da Coordenadora Programa de Voluntariado da Classe Contábil, Maria Salete Barreto Leite, e as entidades Associação Amigos da Oncologia - AMO, Ciras Raio de Sol e Lar de Idosos SAME. Na



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

oportunidade, esta agente ministerial expôs todas as etapas do Projeto Ong Transparente, e os resultados atingidos até o momento.

8.1) As instituições sem fins lucrativos, através de seus representantes, relataram os benefícios angariados no decorrer do Projeto ONG Transparente. O Diretor do SAME, por exemplo, relatou que após o projeto tem conseguido angariar mais recursos de empresas, considerando que a transparência dos recursos públicos trouxe mais credibilidade à instituição.

9) Live realizada pela Promotora de Justiça Ana Paula Machado Costa Meneses, com o tema Lei de Acesso à Informação: Projeto Ong Transparente, através da Fundação Brasileira de Contabilidade, no dia 18 de novembro de 2020, às 20 h. A atividade foi mediada pela Dra. Sandra Sampaio, Diretora Operacional da Fundação. A Live faz parte de uma série intitulada “Diálogos FBC” e foi transmitida pelo Instagram @fbc_contabilidade.

10) Participação da Promotora de Justiça Ana Paula Machado Costa Meneses, como mediadora, na palestra “Abuso de Poder Religioso nas Eleições”, proferida pelo Promotor de Justiça Peterson Almeida, que inseriu questões do Direito Eleitoral ao contexto da corrupção, no IV Seminário alusivo ao Dia Internacional de Combate à Corrupção celebrado no dia 9 de dezembro de 2020. O ciclo de palestras virtuais foi realizado através do canal no *Youtube* da Ecojan, do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe (TCE/SE), no dia 25 de novembro de 2020, de modo antecipado.

11) Live realizada pela Promotora de Justiça e Diretora do Centro de Apoio Operacional do Terceiro Setor, Dra. Ana Paula Machado Costa Meneses, em 25 de fevereiro de 2021, às 17 h, realizada pela Fundação Brasileira de Contabilidade na plataforma youtube.com, abordando os principais aspectos Lei de Acesso à Informação e do Projeto ONG Transparente, em parceria com o Dr. Eduardo Sabo Paes, Membro do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), que discorreu sobre transparência e *compliance* aplicadas ao Terceiro Setor e Dr. Adeilson Osório de Oliveira, presidente da Fundação Brasileira de Contabilidade.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

5) PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

4.1) Desenvolve ou apoia algum projeto ou programa de interesse social para a Comunidade?	(X) Sim () Não
4.2) Se desenvolver algum projeto ou programa de interesse social, citar qual(quais):	
Projeto Sistema de Cadastro de Pessoas Jurídicas sem fins lucrativos – SCPJ, atualização do sistema. Projeto ONG Transparente finalizado. 2ª etapa do Projeto ONG Transparente Projeto OSC Sustentável que objetiva auxiliar as entidades sem fins lucrativos na captação de recursos públicos e privados. Projeto SICAP – Sistema de Prestação de Contas através de uma plataforma eletrônica.	
4.3) Observações gerais/Justificativa	

6) ATUAÇÃO COMO MEMBRO DESIGNADO

Procedimentos em que o Promotor correicionado atua(ou) como membro designado	Situação do Procedimento (encerrado ou em andamento)
05.14.01.0132	Em andamento

7) AVALIAÇÃO QUALITATIVA DA ATUAÇÃO FUNCIONAL

Descrever e especificar as atividades desenvolvidas, inclusive em outros órgãos onde atua/atuou.		Descrição da atividade desenvolvida
11.1 Exercício da função pedagógica da cidadania ²	(X) Sim () Não	Publicação dos informativos 01,02,03, e da Cartilha de Prestação de Contas para entidades do terceiro setor
11.2 Realização periódica de audiências públicas ³	(X) Sim () Não	Realização de reuniões com entidades do terceiro setor, avaliações dos portais de transparência

² Realização de palestras em escolas, associações, Ong's, clubes, etc.

³ Espaço dialógico da Democracia. Ouvir a comunidade, colher propostas e prestar contas de seu trabalho.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

11.3 Combater as causas que geram desigualdades⁴	(X) Sim () Não	Os projetos desenvolvidos pelo Centro de Apoio Operacional do Terceiro Setor, como o Projeto Ong Transparente tem por objetivo geral prevenir corrupção e promover o cumprimento de fins sociais, através de um modelo gerencial eficiente que promova o controle de resultados e o controle social. Por outro lado, o projeto OSC Sustentável tem por escopo viabilizar a sustentabilidade das instituições do terceiro setor através da captação de recursos.
11.4 Incentivo ao controle de constitucionalidade⁵	() Sim (X) Não	
11.5 Fiscalização do cumprimento das sentenças de procedência proferidas em ações promovidas pelo MP	() Sim (X) Não	
11.6 Incentivar o cumprimento da Resolução 118 do CNMP: priorização da resolução consensual das demandas	(X) Sim () Não	Foram realizados 14 (quatorze) TACs, nos últimos 12 meses.
11.7 Atua ou atuou em casos complexos ou de repercussão social no último ano	(X) Sim () Não	Sim . Atuação com o Gaeco na operação metástase, ação civil pública de intervenção em face da Fundação Hospital Cirurgia Ação Civil Pública para dissolução da APEC, organização da sociedade civil, alvo de investigação criminal pela Polícia Federal.

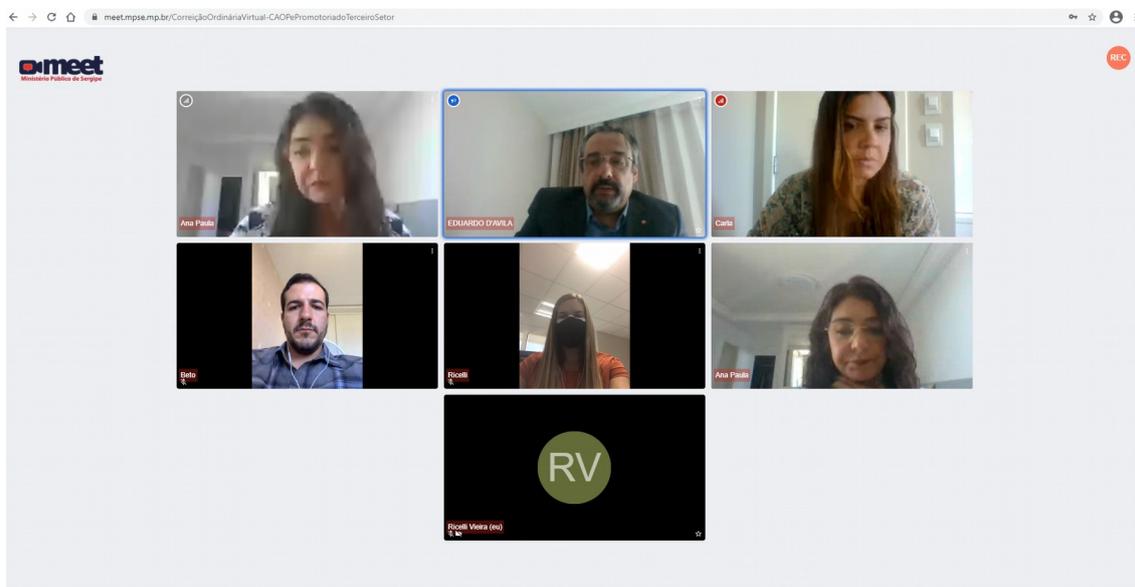
8) REGISTRO FOTOGRÁFICO

⁴ Exercício da função extrajudicial de modo interdisciplinar, ou seja, dialogando com os demais ramos do conhecimento científico e se utiliza, em procedimentos judiciais e extrajudiciais, indicadores sociais como prova.

⁵ Uso de recomendação dirigida ao Poder Executivo e ao Poder Legislativo, com o objetivo de provocar o controle preventivo de constitucionalidade e de representação dirigida ao Procurador Geral de Justiça ou ao Procurador Geral da República, com o intuito de promover o controle concentrado de constitucionalidade.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**



9) CONCLUSÕES DA CORREGEDORIA-GERAL

Os Centros de Apoio Operacional do Ministério Público de Sergipe foram criados através da Resolução CPJ nº 007/2011, como órgãos auxiliares da atividade funcional do Ministério Público, exercendo atribuições em todo o Estado, sendo coordenados e supervisionados pela Coordenadoria-Geral.

Não é atribuição dos Centros de Apoio Operacional o exercício de atividades de órgão de execução nem de expedição de atos normativos, podendo, todavia, propor, em conjunto com os órgãos locais de execução, por solicitação destes, as medidas cabíveis, cíveis ou criminais, judiciais ou administrativas, principais, acessórias ou cautelares.

Compete, primordialmente, aos CAOP's estimular a integração e intercâmbio entre órgãos de execução que atuem na mesma área e que tenham atribuições comuns, inclusive para efeito de atuação conjunta.

Verificou-se que o Centro de Apoio Operacional do Terceiro Setor tem atuado de forma proativa, sendo informado pela Diretora os Projetos desenvolvidos e as iniciativas realizadas, quais sejam: Projeto Sistema de Cadastro de Pessoas Jurídicas sem fins lucrativos (SCPJ); Projeto ONG Transparente; Projeto OSC Sustentável; Projeto



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE
CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

Sistema de Prestação de Contas (SICAP).

CONCEITO – Art. 74 – Resolução nº 005/2014 – CPJ

1. Forma e qualidade de redação das peças processuais analisadas: Não se aplica
2. Desempenho Atividade Judicial: Não se aplica
3. Desempenho Atividade Extrajudicial: Não se aplica
4. Desempenho Utilização dos Sistemas: Não se aplica
5. Avaliação Qualitativa: ÓTIMO – ITEM 6

CONCEITO GERAL: ÓTIMO

Pelo exposto, determino o encaminhamento de cópia deste relatório para conhecimento da Promotora de Justiça interessada para, querendo, manifestar-se sobre seu teor, no prazo de 10 (dez) dias e, após, encaminhe-se, para conhecimento, ao Egrégio Conselho Superior do Ministério Público, nos termos do art. 126 da Lei Complementar Estadual 02/90, do art. 5º, § 2º, da Resolução nº. 149 – CNMP, arts. 10, XI e 85 do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público de Sergipe, e art. 64 do Regimento Interno da Corregedoria Geral.

Ressalta-se, por fim, que os trabalhos correicionais verificam a situação da unidade ministerial num determinado momento, e que, mesmo após a Correição, os Promotores de Justiça devem manter os serviços da unidade em dia e organizados.

Considerando que não foram observadas pendências durante a correição, passado o prazo de resposta da Promotora ao relatório e após a apreciação pelo CSMP,

Arquive-se.

Aracaju, 20 de abril de 2021.

Eduardo Barreto d'Avila Fontes
Corregedor Geral do Ministério Público